



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681384 - SP (2021/0227036-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : FRANCISCO TELES GONCALVES
ADVOGADO : FRANCISCO TELES GONÇALVES - SP113984
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FÁBIO JOSÉ DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : DOUGLAS KENDY MENDA PIRES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FÁBIO JOSÉ DA SILVA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0067859-53.2018.8.26.0050).

O paciente foi condenado à pena de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão, no regime inicial fechado, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Defende, em suma, a ilicitude da prova produzida, tendo em vista a imprestabilidade do laudo químico toxicológico, cujo lacre foi adulterado.

Sustenta que o acórdão ora impugnado é objeto de recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça, interposto pelo corréu DOUGLAS KENDY MENDA PIRES e, caso obtida decisão favorável, os efeitos do julgado atingirão o paciente deste writ.

Requer, liminarmente e no mérito, a suspensão do mandado de prisão expedido contra o paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O writ não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é, também, objeto do HC n. 681.374/SP.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência